

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Ciência aberta como mudança cultural e defesa da soberania nacional no ecossistema editorial científico brasileiro

Cristiane Miglioranza

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17388>

Submetido em: 2026-08-10

Postado em: 2026-08-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CIÊNCIA ABERTA COMO MUDANÇA CULTURAL E DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL NO ECOSSISTEMA EDITORIAL CIENTÍFICO BRASILEIRO

CRISTIANE MIGLIORANZA

<https://orcid.org/0000-0002-8029-6678>

miglioranza.cristiane@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO: Este trabalho adota a pesquisa etnográfica multissituada e a antropologia dos documentos para mapear o ambiente editorial científico e as políticas públicas brasileiras de Ciência Aberta, como o Programa SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. O corpus empírico baseia-se na análise de relatórios, marcos regulatórios nacionais e globais, como a *Recomendação da Unesco*, e compromissos governamentais da Parceria para Governo Aberto (OGP). O referencial teórico articula os conceitos de mudança cultural (Robbins, 2007) e culturas de auditoria (Strathern, 2000) à crítica à divisão internacional do trabalho intelectual (Connell, 2012). Adicionalmente, emprega a análise de semânticas históricas (Koselleck, 2006) para investigar as disputas sobre o conhecimento como bem comum (Boltanski, Thévenot, 2020) e os horizontes de projeção política e social da comunidade científica (Appadurai, 2013). A etnografia demonstra que, enquanto as tecnologias de governança burocrática e auditoria formal arriscam reduzir a autonomia científica a métricas de desempenho, a adoção de infraestruturas cooperativas e públicas atua como resistência à privatização dos saberes. O fortalecimento do Acesso Aberto Diamante surge como estratégia de democratização e de soberania nacional para impedir a expropriação comercial do conhecimento financiado pelo Estado e garantir a equidade de participação de países considerados periféricos. Preliminarmente, conclui que assegurar o controle, a governança local e a propriedade pública sobre as plataformas digitais de circulação científica é condição indispensável para a preservação do patrimônio intelectual do país e para a sustentação de futuros democráticos inclusivos.

Palavras-chave: Ciência Aberta, etnografia multissituada, Acesso Aberto Diamante, soberania científica, culturas de auditoria.

OPEN SCIENCE AS CULTURAL CHANGE AND DEFENSE OF NATIONAL SOVEREIGNTY IN THE BRAZILIAN SCIENTIFIC PUBLISHING ECOSYSTEM

ABSTRACT: This paper adopts multi-sited ethnographic research and the anthropology of documents to map the scientific publishing environment and Brazilian public policies for Open Science, such as the SciELO Program and the CAPES Journal Portal. The empirical corpus is based on the analysis of reports, national and global regulatory frameworks – such as the *UNESCO Recommendation* –, and governmental commitments under the Open Government Partnership (OGP). The theoretical framework articulates the concepts of cultural change (Robbins, 2007) and audit cultures (Strathern, 2000) with a critique of the international division of intellectual labor (Connell, 2012). Additionally, it employs the analysis of historical semantics (Koselleck, 2006) to investigate disputes over knowledge as a common good (Boltanski, Thévenot, 2020) and the horizons of political and social projection of the scientific community (Appadurai, 2013). The ethnography demonstrates that, while technologies of bureaucratic governance and formal audit risk reducing scientific autonomy to performance metrics, the adoption of cooperative and public infrastructures acts as a resistance to the privatization of knowledge. The strengthening of Diamond Open Access emerges as a strategy of democratization and national sovereignty to prevent the commercial appropriation of state-funded

knowledge and to ensure equitable participation for countries considered peripheral. Preliminarily, it concludes that ensuring control, local governance, and public ownership over digital platforms for scientific circulation is an indispensable condition for preserving the country's intellectual heritage and sustaining inclusive democratic futures.

Keywords: Open Science, multi-sited ethnography, Diamond Open Access, scientific sovereignty, audit cultures.

INTRODUÇÃO

Quando compreendida como uma prática social e coletiva orientada para a projeção de futuros, a imaginação pode operar, conforme propõe Appadurai (2013), como uma política da esperança. Isso porque sua tessitura com os processos de antecipação e aspiração configura uma capacidade de navegação, isto é, um mapa cultural de rotas entre fins e meios que permite aos grupos disputarem o porvir a partir de seus próprios recursos culturais e materiais. Para o autor, é esse entrelaçamento que torna visível o contraste entre duas éticas: a da possibilidade, vinculada à expansão da cidadania e dos movimentos sociais; e a da probabilidade, refém de cálculos econômicos que reduzem a agência humana à precaução com o risco e à lógica do empreendimento. Nesse sentido, o futuro pode ser tomado como um artefato cultural.

Partindo do entendimento de que o tempo constitui um dado antropológico prévio (Koselleck, 2006), essa proposição ganha novas camadas. Para articular a noção koselleckiana de prognóstico à capacidade imaginativa de Appadurai, recorro às categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Se a primeira abrange o passado sedimentado, as tradições e o aprendizado acumulado, a segunda reúne as projeções, os temores e os objetivos voltados para o porvir. Quando o horizonte de expectativa se descola e se expande para além do espaço de experiência, as duas dimensões entram em tensão, abrindo margem para prognósticos que, mais do que antecipar desfechos, atuam no presente como “um momento consciente de ação política” (Koselleck, 2006, p. 32). Essa dinâmica converge com o argumento de Appadurai de que o futuro é moldado ativamente pela agência e pela capacidade de aspiração social.

Na teoria social, a projeção desses horizontes de futuro não se esgota em um exercício abstrato; ela se desdobra na produção de materialidades e institucionalidades passíveis de análise, como é o caso neste trabalho. Para analisar como sujeitos e coletividades concretizam aspirações de transformação nas práticas de produção e circulação do conhecimento, a sociologia pragmática de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (2020) fornece o modelo analítico da justificação, apoiado nas competências críticas

e morais que os atores mobilizam em situações de desacordo. Organizadas em ordens de grandeza (cités), essas gramáticas públicas permitem suspender momentaneamente o conflito e ancorar justificativas em dispositivos materiais e simbólicos, pelos quais os atores sustentam suas posições em disputa para qualificar o bem comum. No caso da Ciência Aberta, pauta que ganhou centralidade nos debates contemporâneos sobre a democratização do saber, esse bem comum traduz-se na concepção do conhecimento científico como um patrimônio da humanidade que deve ser compartilhado de forma aberta e equitativa (Unesco, 2021)¹.

Os arranjos coletivos e a resolução de desacordos nas cités passam por operações de justificação em momentos de comprovação, nos quais os atores avaliam a legitimidade de princípios compartilhados de valor (tais como o rigor científico, o interesse público, a competência técnica e o desempenho mensurável) e gerenciam as incertezas e os atritos inerentes à própria ação. Neste processo, oscilam permanentemente entre a busca por garantias institucionais e a dúvida crítica frente às demandas estruturais. Tais dinâmicas articulam-se a diferentes regimes de engajamento, entendidos como os modos de ajustamento que descrevem as maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com o mundo, com os objetos e umas com as outras no cotidiano.

A partir deste referencial, proponho uma formulação de *cit  científica*. Inspirada nas contribuições de Ludwik Fleck e Thomas Kuhn – apresentadas mais adiante –, ela constitui um regime no qual a grandeza dos atores não deriva de verdades isoladas, mas da participação ativa em coletivos de pensamento e do respeito a regras compartilhadas de validação que dizem respeito à prática científica. Nesse cenário, as plataformas tecnológicas operam como uma  gora virtual² que expande o espaço de deliberação e serve como instância de visibilidade e mediação. É a partir da participação nesses ambientes e em múltiplos fóruns disciplinares que os coletivos negociam parâmetros, impõem critérios e tensionam sistemas de valores para fundamentar a legitimidade de seu trabalho, instituir padrões de validade e disputar autoridade epist mica.

Na análise que proponho da Ciência Aberta, o modelo de Boltanski e Thévenot também dialoga com as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa de Reinhart Koselleck.

¹ Embora a *Recomendação sobre Ciência Aberta da Unesco* tenha sido publicada em 2021, o texto utilizado neste trabalho é a versão oficial em português, de 2022.

² O uso da noção de  gora virtual recupera a reflexão de Pierre Lévy (1999) sobre as transformações do espaço público e dos coletivos de saberes na contemporaneidade. Para o autor, a expansão do ciberespaço e das redes digitais inaugura um ambiente de interconexão que reconfigura as formas de deliberação e circulação do conhecimento, atuando como um espaço descentralizado de mediação onde comunidades interagem, negociam consensos e estruturam práticas de inteligência coletiva.

Para o historiador, a modernidade se define pela tensão entre o passado acumulado e a aceleração dos horizontes de futuro – um deslocamento movido pela crise, em que a tradição deixa de ser o guia automático do porvir e o tempo passa a ser percebido como motor de transformação. É nesse cruzamento entre estruturas institucionais, regimes de engajamento e temporalidades que a pauta se insere como mudança cultural do fazer científico.

Para Robbins (2007), a mudança cultural manifesta-se na reestruturação da hierarquia de valores de uma sociedade. Esse processo rompe com o equilíbrio estabelecido e gera conflitos que levam os indivíduos a abandonar a moralidade da reprodução, tida como rotina, em favor de uma moralidade da liberdade e da escolha. Desse modo, decisões de forte impacto ganham contornos de deliberações de ruptura ou escolhas axiológicas, momento em que os sujeitos exercem sua autonomia para afastar velhas tradições. Sob essa perspectiva, a transformação radical ocorre por descontinuidades: o colapso dos scripts automáticos do passado exige um novo sistema de valores, convertendo essas resoluções em marcos de reconfiguração estrutural.

No entanto, como apontado por interlocutores ao longo do trabalho de campo, não se trata de uma mudança puramente filosófica. A transição para a Ciência Aberta e para novas gramáticas de gestão pública também é tensionada pela consciência da expansão das culturas de auditoria (Strathern, 2000). Marcadas pela imposição de métricas de desempenho, indicadores de impacto e mecanismos de controle gerencial, essas práticas operam como dispositivos que redefinem o próprio valor do trabalho científico. Ao tensionarem as rotinas acadêmicas, elas confrontam a moralidade da reprodução com exigências inéditas de escolha e *accountability*, evidenciando que a adesão à abertura institucional não ocorre no vácuo, mas em meio a disputas profundas sobre o sentido do conhecimento como bem público.

Fundamentada em pilares como o acesso aberto ao conhecimento científico, as infraestruturas abertas, a participação social e o diálogo com múltiplos saberes, a Ciência Aberta já vinha se constituindo por meio de diversas práticas e movimentos antes de encontrar na Recomendação da Unesco de 2021 a sua formalização normativa. Desse modo, ao transcender a mera instrumentalização técnica, ela opera diretamente sobre a economia política do conhecimento. Assim, a análise de políticas públicas como o Programa SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES revela que, para além do acesso público ao saber, também está em jogo uma disputa pelas bases da soberania científica. Um processo que exige uma profunda transformação cultural nas práticas editoriais e acadêmicas, de modo

a reposicionar o conhecimento como bem público frente às lógicas de prestígio e mercantilização (Velterop, 2023).

No Brasil, a implementação da Ciência Aberta está imbricada com o estabelecimento, em 2018, da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership*, ou OGP). Criada em 2011 e integrada por cerca de 75 países e mais de 100 unidades subnacionais, a iniciativa visa difundir práticas de transparência, participação cidadã, combate à corrupção e *accountability* por meio de Planos de Ação colaborativos, monitorados internamente e avaliados de forma externa pelo *Independent Reporting Mechanism* (IRM)³. No âmbito nacional, essa articulação em prol de um avanço normativo e prático teve início sob a coordenação da Controladoria-Geral da União (CGU), estruturando compromissos que articulam diretamente a transparência estatal à Ciência Aberta. Assim, a pauta configura-se na OGP como um desdobramento estratégico das políticas públicas de acesso à informação, traduzindo-se em ações voltadas a democratizar o conhecimento, assegurar a responsabilidade na gestão dos recursos estatais investidos em pesquisa e fortalecer a soberania informacional frente aos cercamentos comerciais e corporativos.

No horizonte da Parceria para Governo Aberto, o debate e a cocriação dos compromissos de Ciência Aberta mobilizam uma rede plural de atores, englobando órgãos e agências como o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de entidades científicas e editoriais como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil). Essa articulação é conduzida por instâncias institucionais de controle e participação social, como o Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC-OGP) (Brasil, s/d).

Incorporados aos Planos de Ação de Governo Aberto no Brasil, o Programa SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES constituem infraestruturas públicas essenciais e espaços de governança cooperativa. Eles operam como bases materiais e institucionais para promover a transparência e o

³ O IRM é o braço de avaliação independente da Parceria para Governo Aberto. Vinculado a diretrizes de supervisão e *accountability*, o mecanismo emprega uma rede global de pesquisadores para monitorar, avaliar e emitir relatórios técnicos sobre a elaboração e a execução dos Planos de Ação nacionais e locais para assegurar a transparência e o rigor metodológico dos compromissos assumidos pelos países participantes. Fonte: OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. **IRM Guidance Overview**. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/irm-guidance-overview/>.

acesso livre ao conhecimento, viabilizando tanto a circulação da produção científica nacional quanto o acesso amplo a um vasto acervo internacional de referência. Ao estruturarem essa disseminação em moldes públicos e estratégicos, ambas as iniciativas combatem a expropriação comercial exercida por grandes editoras transnacionais, fortalecendo a ideia de soberania científica e assegurando que a abertura de dados e publicações ocorra de maneira alinhada aos princípios de equidade e participação social defendidos pela OGP (Brasil, s/d).

Contudo, a universalização dessas práticas de abertura não opera em um vácuo geopolítico, exigindo compreender como as assimetrias operam na produção científica global. Connell (2012) argumenta que a divisão internacional do trabalho intelectual é estruturada por uma geopolítica na qual a metrópole, identificada com o Norte Global, detém o monopólio da validação teórica, enquanto a periferia, associada ao Sul Global, é relegada à condição de fornecedora de dados. Aplicada ao campo da Ciência Aberta, essa perspectiva sugere que as exigências de visibilidade digital e os fluxos de dados operam em dupla chave: embora mitiguem barreiras de acesso, podem reproduzir antigas desigualdades se forem capturados por modelos comerciais de cobrança de taxas e métricas ditadas pelos centros hegemônicos.

Este trabalho utiliza a pesquisa etnográfica multissituada e a antropologia dos documentos para mapear o ambiente editorial científico e as políticas públicas brasileiras de Ciência Aberta. O *corpus* empírico compreende relatórios, marcos regulatórios nacionais e globais – como a *Recomendação sobre Ciência Aberta da Unesco* –, e dos Planos de Ação da Parceria para Governo Aberto (OGP). Para compreender como a reestruturação das práticas editoriais tenciona as exigências globais de mensuração e as estratégias locais de soberania e democratização do saber, o referencial teórico articula as noções de mudança cultural (Robbins, 2007) e culturas de auditoria (Strathern, 2000) à crítica da divisão internacional do trabalho científico a partir do Sul Global (Connell, 2012). Adicionalmente, emprega a análise de conceitos e semânticas históricas (Koselleck, 2006) para investigar as disputas em torno do conhecimento como bem comum (Boltanski, Thévenot, 2020) e os horizontes de projeção política e social da comunidade científica (Appadurai, 2013). Deste modo, o percurso analítico evidencia as tensões estruturais que moldam o atual cenário da editoria científica brasileira.

Cabe ainda colocar que minha presença em campo é atravessada por uma tripla posicionalidade: a de pesquisadora engajada na pauta, a de antropóloga e a de jornalista científica. Essa condição me insta a oferecer visões de cena que não se reduzem a um único olhar subjetivo, mas que se constroem no cruzamento de diferentes pontos de vista. A essas visões articula-se a minha própria,

que oscila continuamente entre a celeridade exigida pela prática jornalística e o distanciamento reflexivo imposto pelo estranhamento antropológico. É na fricção entre esses múltiplos posicionamentos, internos e externos ao campo, que me proponho a registrar minhas observações.

A metodologia de análise documental desta pesquisa adota a abordagem da antropologia dos documentos de "seguir o papel", proposta por Ferreira e Lowenkron (2014). Em vez de tratar os documentos como meras representações da realidade, a proposta os compreende como artefatos culturais dinâmicos que circulam e produzem efeitos sociais. Esse foco analítico proposto pelas autoras abrange tanto a materialidade quanto a micropolítica dos documentos a partir da investigação de suas condições de criação, circulação e arquivamento, bem como dos impactos que geram na vida das pessoas. Essa abordagem documental soma-se a um olhar etnográfico ancorado em dois momentos empíricos: o lançamento da Aliança Global para o Acesso Diamante (2024) e a comemoração dos 25 anos de criação do Portal de Periódicos da CAPES (2025).

1. “VOCÊS ESTÃO APRESENTANDO UM MODELO DESPROVIDO DE CONSULTA”: A UNESCO E O ACESSO ABERTO DIAMANTE

A formalização conceitual da Ciência Aberta pela *Recomendação da Unesco* de 2021 não inaugura uma transição normativa linear. Antes, consolida um marco regulatório global que é atravessado por disputas em torno do futuro do conhecimento como bem comum (Boltanski, Thévenot, 2020). As categorias analíticas mobilizadas neste trabalho ganham materialidade quando observado o lançamento da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante, ocorrido em 10 de julho de 2024.

A etnografia do evento coloca em relevo as contradições da divisão internacional do trabalho intelectual na perspectiva de Connell (2012): ao mesmo tempo em que organismos multilaterais tentam liderar uma agenda de democratização do saber a partir de um suposto "marco zero", geram controvérsias advindas das comunidades acadêmicas de regiões que já consolidaram infraestruturas públicas de publicação, como o SciELO. E essa resistência não é infundada.

O lançamento oficial⁴ da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante foi realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No anúncio, ela foi definida como um esforço de consulta colaborativa sobre a publicação aberta de periódicos científicos,

⁴ Unesco. **Lançamento da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante**. Webcast. Plataforma Zoom, Paris (França), 10/07/2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZmNblPxt_nU

partindo das deliberações do *Global Summit on Diamond Open Access*⁵, também denominado *Cumbre de Toluca*. A reunião via Zoom contou com a participação de cerca de 300 interessados de vários continentes, convidados diretamente por e-mail ou que se juntaram à transmissão a partir de divulgações em redes sociais, como o Instagram⁶.

A emergência do Acesso Aberto Diamante (*Diamond OA*) como um modelo alternativo de publicação é descrita⁷ pela Unesco tanto como uma força transformadora quanto como um desafio ao atual sistema de disseminação de conhecimento, considerado desigual e inacessível por editores científicos de todo o globo, sobretudo do Sul Global. Nos últimos anos, o modelo vem angariando apoio considerável de governos e comunidades acadêmicas. Em consonância com a *Recomendação sobre Ciência Aberta* (Unesco, 2021), marca um afastamento significativo de outros modelos de acesso aberto⁸, pois preconiza que os resultados da pesquisa sejam livremente acessíveis e sem encargos financeiros tanto para autores, quanto para leitores. Uma de suas características distintivas é que todos os conteúdos são de propriedade da comunidade acadêmica e, assim, liderados por ela. O objetivo disso é a promoção de um senso de propriedade e responsabilidade (*accountability*) entre todas as partes interessadas (*stakeholders*)⁹.

A reunião de lançamento foi disponibilizada posteriormente no YouTube, sem as conversas do chat e a seção de perguntas e respostas. No presente registro etnográfico, Tawfik Jelassi, então diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação da Unesco – responsável por sociedades do conhecimento, transformação digital, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na educação e liberdade de expressão –, será citado nominalmente, assim como o assessor de Comunicação e Informação da Unesco, Bhanu Neupane. Por questão de privacidade, nas demais interações do chat e

⁵ O *Global Summit on Diamond Open Access* foi uma série de eventos híbridos e multilíngues organizado por um grupo de instituições comprometidas com o progresso da Ciência Aberta e deste modelo de publicação, incluindo a segunda conferência *Diamond Open Access*. Mais em <https://www.scienceurope.org/events/2023-global-summit-diamond-oa/>

⁶ Entre elas postagem realizada em 09/07/2024 no perfil do Instagram @cienciabertabrasil, vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/CNPq).

⁷ Conforme o descritivo do evento, disponível em <https://www.unesco.org/en/articles/announcing-global-diamond-open-access-alliance>

⁸ O acesso aberto pode ser classificado em duas modalidades quanto aos direitos de uso: grátis (quando o acesso on-line é apenas gratuito) e livre (quando, além de gratuito, inclui direitos adicionais de reutilização, geralmente concedidos por meio de licenças flexíveis como as *Creative Commons*). Quanto aos canais de publicação, divide-se em: Via Verde, referente ao autoarquivamento de artigos pelos autores em repositórios institucionais ou temáticos; Via Dourada, que abrange a publicação em periódicos científicos de acesso aberto (muitas vezes mediante o pagamento de taxas de processamento); Via Diamante, que compartilha da gratuidade da Via Dourada, mas sem cobrar taxas nem dos autores nem dos leitores; e Via Bronze, cujos artigos são de leitura gratuita no site do editor, mas sem cobrar taxas de uma licença clara de reutilização.

⁹ Utilizado em áreas como a comunicação social e a administração, o conceito de *stakeholder* foi criado por Freeman e Reed (1983) e se refere às partes interessadas ou intervenientes em um projeto de governança executiva. A noção vem sendo adotada de forma a abarcar pessoa ou organização com interesse legítimo em um projeto ou empreendimento.

da seção de perguntas e respostas (Q&A), os participantes serão identificados apenas pelo país de origem, preservando o anonimato. Abaixo, apresento o pronunciamento de Jelassi na íntegra. Originalmente em inglês, o texto foi traduzido por mim para o português brasileiro. Os grifos também são meus.

O dia de hoje marca um passo significativo para a nossa **missão de democratizar o conhecimento** e de **fazer a pesquisa acadêmica mais acessível a todos**. A longo prazo, a Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante abraça um modelo que elimina barreiras financeiras para ambos, autores e leitores. Em um mundo onde **a disseminação do conhecimento não deveria ser restrita pelo status econômico**, o Acesso Aberto Diamante assegura que a pesquisa de alta qualidade revisada por pares esteja disponível para todos, em qualquer lugar. Esta iniciativa incorpora os princípios da **inclusão e da equidade, empoderando pesquisadores de todos os cantos do mundo** a contribuir e a se beneficiar do corpo mundial de conhecimento.

O conhecimento acadêmico costumava ser reservado a poucos privilegiados. O letramento educacional floresceu cada vez mais; o que era informação exclusiva de repente tornou-se algo ao alcance do público em geral. Ainda temos um longo caminho para assegurar o letramento a todos, mas hoje **nossa juventude reivindica**, com razão, o **direito à educação**, ou seja, passar por portas que por um longo tempo permaneceram fechadas. Hoje estamos no ápice desta jornada. **O conhecimento, que antes era uma joia rara, agora é um tesouro compartilhado**. Em nosso mundo interconectado, a informação flui livremente e está disponível a todos. O sonho do acesso universal ao conhecimento não é mais um ideal distante, mas uma realidade possível. É um **testamento do nosso progresso e um farol que nos guia**, assegurando que a sabedoria enriquece todo mundo.

O progresso tecnológico tem nos impulsionado nesta jornada. O Acesso Aberto Diamante se tornou uma força transformadora na publicação acadêmica, desafiando métodos tradicionais a compartilharem conhecimento. É uma abordagem que se alinha perfeitamente com as *Recomendações da Unesco de 2021 para a Ciência Aberta*. Aqui na Unesco temos trabalhado entre setores para implementar esta recomendação, inclusive por meio de iniciativas de soluções abertas.

No ano passado [2023] no primeiro *Open Access Summit*, realizado em Toluca, México, vimos que o acesso livre ao conhecimento acelera o progresso científico e também incentiva a investigação científica. Se tornou claro que, todo mundo, independentemente de sua bagagem ou condições financeiras, deveria ter acesso a tal conhecimento. Sim, embargos financeiros no acesso à pesquisa limitam o fluxo livre de informação. Transferir os custos dos leitores para os pesquisadores não resolveu o problema. Foi acordado que devemos nivelar o campo de jogo. Vamos pensar nas palavras do filósofo americano Peter Suber¹⁰, que disse que nós teríamos menos conhecimento, menos liberdade acadêmica e menos acesso aberto se os pesquisadores trabalhassem por *royalties* e tornassem seus artigos de pesquisa em **commodities ao invés de dádivas**. Este é o propósito essencial da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante. Nossa **visão compartilhada** é audaz e transformadora. É criar um ecossistema de editoração sustentável, justo e aberto para as publicações acadêmicas. Alavancando o suporte e a expertise de diferentes stakeholders, podemos manter os altos padrões da publicação acadêmica sem impor taxas a autores ou leitores.

Esta Aliança Global não apenas fomentará uma maior **colaboração e inovação**, mas também fortalecerá a fundação de uma **pesquisa aberta, transparente e responsável [accountable]**. Juntos **estamos construindo um futuro onde o conhecimento fluirá livremente, inspirará descobertas que moldarão nosso mundo para as próximas gerações**.

Como conclusão, contamos com sua participação para assegurar a **transparência** neste processo e a usar canais abertos de comunicação para manter a todos informados e engajados. Neste espírito

¹⁰ Referência em acesso aberto ao conhecimento. É pesquisador sênior do *Berkman Klein Center for Internet & Society* e diretor do *Harvard Office for Scholarly Communication* e do *Harvard Open Access Project* (HOAP).

eu conclamo governos, pesquisadores, editores, bibliotecários, formuladores de políticas e o público a se juntarem a nós. Todos são necessários, as vozes de todos devem ser ouvidas. Sua expertise e contribuições ao nosso **compromisso coletivo** são cruciais para fazer desta iniciativa um sucesso. Vamos fazer este empreendimento, que é o Acesso Aberto Diamante, brilhar como merece. Juntos podemos construir um futuro onde o conhecimento é verdadeiramente aberto a todos.

As manifestações de participantes de vários continentes irrompiam durante esta fala, tanto no chat quanto na seção de perguntas e respostas (Q&A). O tom era contestador, com as principais controvérsias girando em torno da efetividade da Aliança, especialmente quanto ao financiamento do projeto, às realidades e especificidades locais e ao enfrentamento das grandes editoras comerciais que dominam o setor de publicações acadêmicas.

Ao pronunciamento de Jelassi, o editor-chefe de um periódico de acesso aberto em Budapeste, Hungria, argumentou que a iniciativa era ótima, mas que havia uma grande questão que não foi abordada: a da sustentabilidade financeira. “Nossa revista já tem o apoio de 52 cientistas renomados e que estão entre os 2% melhores do mundo. Destes, 25 estão entre os 1% melhores, então, todos esses cientistas estão oferecendo seu tempo e experiência. No entanto, o sucesso a longo prazo da publicação científica não pode ser baseado em doações ocasionais”, afirmou. Uma pesquisadora vinculada a uma grande instituição brasileira fez coro, perguntando diretamente: “Como o Acesso Aberto Diamante será financiado?”. A pergunta foi seguida pelo comentário de uma pesquisadora polonesa da área de políticas públicas: “Trata-se também da avaliação da pesquisa acadêmica. Se mantivermos o sistema baseado em periódicos comerciais com alto fator de impacto, os cientistas não vão querer publicar no modelo acesso aberto. Os periódicos em acesso aberto não são tão reputados quanto os comerciais. É necessário algum tipo de *lobby* em nível mundial para alterar as regras existentes”.

Na seção de Q&A, o então assessor de Comunicação e Informação da Unesco, Bhanu Neupane, esquivou-se de esclarecer o funcionamento da Aliança Global e o papel esperado de seus integrantes: “Trabalharemos com vocês e as consultas determinarão qual modelo de negócios é possível. Estamos reunindo o apoio de governos no processo”, declarou. A respeito do discurso do diretor-geral adjunto Tawfik Jelassi, um pesquisador sul-africano ponderou: “O Dr. Jelassi fala sobre transparência e que ‘a voz de todos deve ser ouvida’. Mas vocês estão apresentando um modelo desprovido de consulta”.

Este último posicionamento recebeu o apoio de uma pesquisadora dos Estados Unidos, defensora do acesso aberto e da reforma editorial acadêmica: “Eu estava em Toluca... Embora tenha

havido uma proposta de federação, não me recordo de qualquer demanda nesse sentido [da Aliança Global] por parte da comunidade. Talvez possam nos lembrar de onde partiu essa solicitação”. O representante de uma das entidades organizadoras da Cumbre de Toluca retrucou: “Talvez dos aplausos ao término da conferência, quando Lidia e Arianna¹¹ apresentaram o documento *Way Forward and Conclusions?*”¹².

Por fim, um participante anônimo questionou: “Estou um tanto preocupado com a caracterização de Toluca como o dia zero, considerando o histórico de liderança de décadas de regiões como a América Latina no modelo Diamante. Como esta aliança assegurará que as comunidades locais, responsáveis por esse sucesso, continuem a liderar os esforços sob uma estrutura centralizada?”. A pergunta permaneceu sem resposta.

O objetivo do evento de lançamento, conforme detalhado no convite, era iniciar uma consulta voltada à participação e ao engajamento de *stakeholders* (governos, pesquisadores, editores, bibliotecários, formuladores de políticas e público em geral) na causa. No chat do evento, Neupane convidou as pessoas dispostas a colaborar com expertise e engajamento a entrarem em contato por e-mail. Atendi a esse chamado apresentando-me como pesquisadora do tema, ao que ele me respondeu em 13 de julho de 2024: “Obrigado por sua mensagem e seu interesse em participar da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante. Sua experiência como pesquisadora e jornalista científica da UFRGS, bem como suas funções no periódico Horizontes Antropológicos e no Jornal da Universidade, serão inestimáveis para nossas discussões. Em breve, forneceremos mais detalhes sobre como se envolver”. Contudo, nenhuma comunicação foi recebida posteriormente.

2. “COMO O SUS OFERECE LIVRE ACESSO À SAÚDE, O PORTAL FAZ COM O CONHECIMENTO”: ACESSO ABERTO E SOBERANIA NO BRASIL

¹¹ Lidia Borrell-Damián (secretária-geral da *Science Europe*) e Arianna Becerril-García (diretora executiva da Redalyc e fundadora da AmeliCA) foram as responsáveis por apresentar e lançar oficialmente o documento-síntese na cerimônia de encerramento da Cumbre de Toluca.

¹² A Cumbre de Toluca ocorreu de 23 a 27 de outubro de 2023, na *Universidad Autónoma del Estado de México* (UAEMéx). O evento foi organizado em parceria por Redalyc, AmeliCA, Unesco, Clacso, Universidade Óscar Ribas (UOR, Angola), Agence Nationale de la Recherche (ANR, França), Open Scholarly Communication in the European Research Area for Social Sciences and Humanities (OPERAS), cOAlition S e Science Europe. O documento-síntese *Conclusions and Way Forward* define o Acesso Aberto Diamante como um meio para garantir o acesso equitativo à publicação científica, priorizando a qualidade do conteúdo independentemente do local de publicação. Documento disponível em <https://globaldiamantoea.org/wp-content/uploads/2023/10/202310-Global-Summit-Conclusions-Way-Forward.pdf>.

Apresentada como uma mudança cultural, a Ciência Aberta tem se consolidado no Brasil como uma “construção coletiva” (Packer, 2025, p. 15). Essa atuação conjunta materializa-se na ação de diversas instituições que tornaram o país uma liderança na América Latina, com destaque para iniciativas de acesso aberto à literatura científica, como o Portal de Periódicos da CAPES. Atualmente, o debate interno enfatiza a necessidade de garantir a equidade na implementação de infraestruturas e práticas abertas, visando a evitar o aprofundamento de desigualdades e fundamentando-se em compromissos formais alinhados a iniciativas globais.

Criado em 2000, o Portal de Periódicos da CAPES completou 25 anos de existência como um marco da infraestrutura científica nacional. O evento comemorativo¹³ foi realizado em 29 de agosto de 2025, na UFRGS, instituição diretamente vinculada à gênese do Portal por meio da atuação de seus idealizadores, Abílio Baeta Neves e Jorge Almeida Guimarães. Participei presencialmente como pesquisadora e repórter científica do *Jornal da Universidade*¹⁴. Sair da dinâmica de reuniões remotas que domina o pós-pandemia garantiu-me acesso privilegiado aos bastidores e a atores centrais para minha investigação antropológica, me permitindo observar como os tensionamentos dos debates sobre Ciência Aberta se manifestam nas expressões, gestos e falas de representantes do poder público, pesquisadores, editores, gestores de instituições de ciência e tecnologia, bibliotecários e pós-graduandos.

Para se dimensionar o impacto do Portal de Periódicos, é necessário retomar o cenário anterior à popularização da internet, quando acessar fontes internacionais de pesquisa no Brasil se assemelhava a percorrer um labirinto com três saídas possíveis: a assinatura de periódicos, muito restrita por limitações orçamentárias; o intercâmbio bibliográfico por via postal; ou a mobilização de contatos pessoais no exterior. Para acompanhar a produção internacional, recorria-se ao *Current Contents*, edição semanal em formato de livreto que chegava pelo correio às bibliotecas, trazendo apenas os sumários de revistas científicas. No entanto, a ausência de resumos fazia com que a encomenda de títulos via Comut muitas vezes resultasse em um material aquém das expectativas de pesquisa. Por fim, por meio

¹³ Propesq/UFRGS. **25 anos do Portal de Periódicos da CAPES**. Evento presencial. Centro Cultural da UFRGS, Porto Alegre (Brasil), 29/08/2025. Programação disponível em <https://www.ufrgs.br/propesq1/propesq/26128-2/>. Principais falas, por ordem de ocorrência na programação: Abílio Baeta Neves (UFRGS) e Jorge Almeida Guimarães (UFRGS/CAPES), idealizadores do Portal; Denise Pires de Carvalho (presidente da CAPES); Luiz Valcov Loureiro (Fundação Fullbright), diretor de Programas da CAPES na época da implementação; Helena Nader (presidente da Academia Brasileira de Ciências); Andréa Carvalho Vieira (coordenadora-geral do Portal de Periódicos da CAPES).

¹⁴ A reportagem está disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/revolucao-no-acesso-como-o-portal-de-periodicos-da-capes-transformou-a-pesquisa-cientifica-no-brasil/>.

de redes de contatos, recorria-se a colegas no exterior para o envio de cópias impressas ou a viajantes que retornavam ao país com malas de livros e periódicos para abastecer os acervos.

No plano regional, o Estado de São Paulo já contava com infraestrutura própria de circulação de periódicos e bases de dados, impulsionada, sobretudo, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Quando a proposta do Portal de Periódicos foi concebida por Abílio Baeta Neves, Jorge Almeida Guimarães e outros gestores, a experiência paulista de consórcio e negociação com grandes editoras internacionais serviu como laboratório e referência fundamental para viabilizar um modelo de escala nacional capaz de equalizar o acesso para universidades federais e estaduais situadas fora do eixo Sudeste (Almeida, Guimarães, Gama, 2010). Além disso, o Programa SciELO¹⁵ já estava em atividade.

Em paralelo ao desafio da escala, o projeto do Portal enfrentou forte ceticismo dentro da própria comunidade acadêmica. A proposta de estruturar um ambiente on-line para democratizar a informação e romper com o modelo de assinaturas impressas demorou a ser aceita. Como destacou Neves no evento, “a comunidade acadêmica em geral é conservadora”, refletindo o tempo que a própria Academia Brasileira de Ciências (ABC) levou para abraçar a iniciativa. Hoje, contudo, a avaliação institucional é outra: para a presidente da entidade, Helena Nader, o Portal consolidou-se como o “pilar da pós-graduação e da ciência brasileira” e um “recurso de soberania nacional”, com impacto comparável ao do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desafiando as barreiras administrativas da época, a consolidação do Portal exigiu articulação política e resiliência burocrática. Como relatou o diretor de Programas da CAPES no período de implementação, Luiz Valcov Loureiro, a estruturação inicial demandou regulação rigorosa, criação de conselho consultivo e forte enfrentamento ao *lobby* das empresas distribuidoras de periódicos impressos, contando com a dedicação de coordenadores que sustentaram seu andamento ao longo de sucessivas gestões governamentais. Sob a mesma ótica de política de Estado, a presidente da CAPES, Denise Pires de Carvalho, destacou no evento que o Portal se tornou referência internacional em soberania científica, ressaltando que “é a maior política de democratização da ciência deste país” e que

¹⁵ Criado em 1997 como um projeto-piloto subsidiado FAPESP, o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) teve sua governança e seu financiamento formalmente nacionalizados em agosto de 2024. Por meio de um protocolo de intenções firmado entre a FAPESP, a CAPES e o CNPq, a plataforma passou a ser gerida e custeada de forma compartilhada como uma política de Estado, integrando as agências federais ao esforço de consolidação da Ciência Aberta no país. Para mais detalhes, ver: BRASIL. Protocolo de Intenções celebrado entre a FAPESP, a CAPES e o CNPq para os fins que especifica (Nacionalização do Programa SciELO). Brasília, DF: FAPESP/CAPES/CNPq, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://fapesp.br/16961/protocolo-de-intencoes-scielo-2024>.

o Brasil não pode continuar "refém das editoras internacionais". Segundo ela, é com esse intuito que a gestão atual tem impulsionado inovações estruturais, a exemplo da assinatura de acordos transformativos e da parceria estratégica para a nacionalização e fortalecimento do SciELO.

Embora concebido na década de 1990 e lançado em 11 de novembro de 2000 – dois anos antes da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI), que formalizou e deu nome ao movimento global em fevereiro de 2002 –, o Portal de Periódicos da CAPES materializou uma cultura institucional de cooperação acadêmica que já antecipava e de certa forma pavimentou o compromisso do país com o acesso aberto e com os princípios da Ciência Aberta. A ferramenta foi oficialmente anunciada na mesma época em que começavam a surgir bibliotecas virtuais pelo mundo, sendo fruto, em grande medida, dos programas do Ministério da Educação (MEC) voltados para Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior e de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). Atualmente, a plataforma configura-se como uma das políticas públicas mais relevantes para a democratização do acesso à informação científica no país. Ao disponibilizar gratuitamente milhares de periódicos, livros, bases de dados, dissertações e teses – além de outros conteúdos essenciais para o ensino, a pesquisa e a extensão –, assume o status de política de Estado e de instrumento indispensável à soberania científica nacional.

Contudo, a solidez institucional obtida em um quarto de século de funcionamento ininterrupto não resguarda o Portal dos novos desafios que se anunciam, a exemplo da inteligência artificial. Se, em sua gênese, o objetivo central era o de transpor as barreiras físicas e financeiras da aquisição de literatura impressa, superando o modelo por meio da negociação centralizada e em larga escala de licenças digitais com grandes editoras, o cenário contemporâneo exige que a infraestrutura se redesenhe. Durante o evento na UFRGS, a coordenadora-geral, Andréa Carvalho Vieira, destacou que a plataforma caminha para integrar todo o ciclo de pesquisa de forma aberta e acessível, incorporando tendências globais como os acordos transformativos – novos modelos de contratos com editoras internacionais que unificam os custos de leitura e publicação para permitir que pesquisadores brasileiros publiquem em acesso aberto sem arcar com taxas individuais de publicação (APCs) (CAPES, 2024).

A transição, entretanto, esbarra em armadilhas do mercado editorial global – como a cobrança abusiva de taxas de publicação (APCs), as investidas concretas para aquisição e comercialização de periódicos nacionais de excelência e de acesso aberto, e o risco de dependência de oligopólios estrangeiros –, o que impõe a salvaguarda da soberania nacional como uma exigência incontornável. No horizonte tecnológico debatido pelo comitê gestor e por parceiros estratégicos como a RNP (Rede

Nacional de Ensino e Pesquisa, provedora da infraestrutura digital de alta velocidade para a ciência), o futuro do Portal projeta-se por meio de ferramentas de inteligência artificial, da interoperabilidade com sistemas nacionais de avaliação e currículos como a Plataforma Lattes, de identificadores globais de autoria como o ORCID e da nacionalização de iniciativas como o SciELO. No entanto, como alertou a presidente da ABC, Helena Nader, esse avanço técnico deve ser acompanhado pela defesa intransigente da produção nacional. Para que essa mudança ocorra de fato, Nader enfatizou a centralidade do engajamento coletivo: “a comunidade é quem nos fala o que temos que fazer” e “vai ter que se posicionar, todos juntos, para conseguirmos mudar”.

Entendo que é pertinente uma breve reflexão acerca do que comunidade científica significa para meus interlocutores e de como seus valores se engendram, amalgamando as diretrizes da OGP de transparência, participação cidadã, prestação de contas e inovação tecnológica aos critérios de Ciência Aberta da Unesco, que compreendem o conhecimento científico como bem público, infraestruturas abertas, diálogo com outros sistemas de conhecimento e o engajamento aberto da sociedade. Conforme constatado em pesquisa anterior (Miglioranza, 2022), quando se pensam como “comunidade” é à proposta de Thomas Kuhn que as e os cientistas do meu campo se referem. Para compreender como se dá esse engendramento, mobilizo as contribuições teóricas de Ludwik Fleck e Thomas Kuhn, cujas proposições postulam que a ciência não avança por fatos isolados, mas por dinâmicas sociais e coletivas.

Nesse sentido, a noção fleckiana de coletivo de pensamento (*Denkkollektiv*) – compreendido como o grupo unificado por uma troca intensa de ideias e por um estilo de pensamento (*Denkstil*) que atua como um filtro moldador do que é aceito como verdade – articula-se diretamente com a ideia kuhniana de comunidade científica: um grupo coeso unificado pela partilha de crenças, métodos e critérios normativos. É por meio dessa comunidade que a transposição de valores se efetiva como mudança cultural (Robbins, 2007), pois o *Denkstil* molda a gramática moral e epistemológica dos pares. Assim, as diretrizes de transparência, participação e abertura promovidas pela OGP e pela Unesco deixam de ser exigências externas e passam a ser incorporadas como imperativos da própria comunidade, tornando a adesão a esses critérios de Ciência Aberta o eixo normativo pelo qual os sujeitos reconhecem, validam e regulam a produção do conhecimento científico.

Até a data do evento, não havia presenciado em meu campo a associação da expressão “soberania” à pauta da “mudança cultural” científica. Percebo que ela surge em decorrência do

pronunciamento *Brasil Soberano*¹⁶, feito pelo presidente Lula em resposta às ameaças e retaliações do presidente estadunidense Donald Trump à diplomacia e à ordem mundial. Conjecturo que também se trata de uma reação da comunidade científica brasileira aos retrocessos do governo Jair Bolsonaro, manifestada na reafirmação do valor da ciência e na sua vinculação a um projeto de futuro nacional. Contudo, se a roupagem da "soberania" é recente, a premissa de que a Ciência Aberta exige uma mudança cultural não é novidade. No Brasil – considerado protagonista pela Unesco em iniciativas de abertura da ciência –, esse debate já vem se consolidando desde 2018, impulsionado pelas formulações de lideranças como Abel Packer, diretor-geral do SciELO, e Sigmar Rode, até recentemente presidente da ABEC Brasil.

Acompanho os pronunciamentos de Packer desde 2020 e, em 2025, entrevistei Rode para uma reportagem sobre a nova política de avaliação da produção intelectual da pós-graduação e para a minha tese. Nestas falas, a instituição da Ciência Aberta é associada a um “novo paradigma”, advindo de uma “mudança cultural” que se apoia na própria comunidade científica e, ao mesmo tempo, exige sua adesão. Trata-se, como já definido oficialmente pela Unesco, do compartilhamento de um “bem comum”, a ciência, e de uma perspectiva de futuro alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU). Desse modo, ao tensionar as fronteiras entre as diretrizes macro estatais e a práxis cotidiana, a etnografia revela que a transição para a Ciência Aberta no Brasil não se resume à adoção de novas tecnologias de informação, mas constitui uma profunda disputa sobre os rumos políticos e epistemológicos, hoje identificados com a soberania nacional.

No contexto apresentado, a trajetória do Portal de Periódicos da CAPES evidencia que essa consolidação vai muito além da modernização digital, exigindo o enfrentamento de desafios mercadológicos globais. Para garantir a autonomia da pesquisa nacional, a plataforma articula-se com a infraestrutura de alta velocidade da RNP, integrando inteligência artificial, acessibilidade e interoperabilidade com sistemas nacionais. Ao aliar acordos transformativos, a parceria estratégica com o SciELO e o suporte tecnológico da rede, o Portal materializa o compromisso coletivo com a soberania, reafirmando-se como pilar e instrumento de soberania para o futuro da ciência brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁶ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/07/pronunciamento-do-presidente-lula-brasil-soberano>

Este trabalho articula o lançamento da Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante (2024) com os 25 anos do Portal de Periódicos da CAPES (2025). Ambos os eventos – bem como as iniciativas a eles relacionadas – mobilizam a Ciência Aberta como uma "política da esperança" (Appadurai, 2013), voltada à democratização do conhecimento como bem comum (Boltanski, Thévenot, 2020). Analisadas em conjunto, elas revelam que a Ciência Aberta no Brasil não se reduz a um processo de importação normativa passiva, mas constitui um campo de construção situada em uma *cit  científica*, no qual a soberania surge como instrumento na disputa pela governança e pelo controle das infraestruturas de saber.

A comparação etnográfica evidencia como um mesmo horizonte de expectativa – a Ciência Aberta como caminho para o futuro – ganha contornos distintos ao confrontar espaços de experiência e capacidades de concretização material (Koselleck, 2006). De um lado, o lançamento da Aliança Global opera como um prognóstico abstrato que, ao desconsiderar infraestruturas já consolidadas e omitir mecanismos práticos de sustentabilidade, falha em sua operação de justificação (Boltanski, Thévenot, 2020) e gera desencajamento. Essa ausência de estratégias coletivas sobrecarrega os Estados nacionais e, em um cenário de profundas assimetrias, arrisca reproduzir o d esequil brio na divisão internacional do trabalho intelectual (Connell, 2012), perpetuando a dependência de lógicas comerciais norte-centradas. Esse desencontro entre a demanda global e a realidade local reflete-se na própria dinâmica do evento: a exortação de Jelassi buscou convocar a audiência em nome de uma autonomia universal, mas esvaziou-se na fragilidade de uma governança incapaz de dar sustent  o prática ao próprio discurso.

De outro lado, a trajetória do Portal de Periódicos da CAPES demonstra a busca por sustent  o e gestão do saber nacional, onde a integração a movimentos internacionais e às pautas multilaterais incorpora os marcos da Unesco (2021) e os imperativos de transparência da Parceria para Governo Aberto (2018). É no âmbito da OGP que se materializa a exigência de uma “mudança cultural” na conduta dos cientistas, na forma de uma convocação   abertura de dados e   transparência pautada pelo imperativo da *accountability*. Essa demanda por mudança cultural (Robbins, 2007) não opera no vácuo: ela se articula   incorporação de práticas de culturas de auditoria e de novas formas de prestação de contas, um movimento que se inseriu na academia de forma sistemática a partir dos anos 1980 (Strathern, 2000), encontrando eco nas lógicas de cálculo e nas economias de grandeza (Boltanski, Thévenot, 2020) que mobilizam os sujeitos na busca por prestígio (Velterop, 2023). Ao intensificar um regime de verificação permanente e produtivista que coloniza a própria cooperação entre pares, o Estado exige o altru simo da abertura – consubstanciado na doação de tempo para a

curadoria de dados e na gratuidade do trabalho editorial –, ao mesmo tempo em que submete essa produção às métricas mercadológicas que governam a reputação acadêmica. Desse modo, a transparência institucionalizada não tensiona a lógica de mercantilização do saber. Pelo contrário, ela se dobra a ela, mobilizando a economia de prestígio para a sustentação de um modelo cujo eixo estruturante é a conversão do conhecimento em mercadoria.

Constituída como um construto institucional que aglutina movimentos sociais e científicos sob diretrizes de democratização, transparência e *accountability*, a Ciência Aberta é mobilizada no discurso como uma promessa de mudança cultural. Contudo, ao ser colocada em discussão e em prática, a proposta esbarra em controvérsias que dão contornos mais nítidos a uma situação marcada pelas fragilidades materiais que atravessam o ecossistema do Acesso Aberto: a aparente solidez da convocação institucional (“nós somos a comunidade”) não mascara o fato de que a sustentabilidade da prática científica permanece cronicamente vulnerável. Com efeito, a salvaguarda desse ecossistema não se resolve pela mera existência de plataformas consolidadas; pelo contrário, esbarra na contingência política que historicamente recusa a ciência como bem comum – tratada muitas vezes como acessório orçamentário –, deixando o financiamento suscetível às pressões da mercantilização e aos custos impostos pelas grandes corporações editoriais ¹⁷. É justamente no horizonte dessa vulnerabilidade e das assimetrias impostas pelo Norte Global que a soberania emerge como um valor político, articulando-se à defesa de pilares públicos fundamentais – como a educação e a saúde, a exemplo do SUS – e expressando um desejo por autonomia. Afirmada nesses termos, passa a encontrar expressão em fóruns, eventos e debates institucionais como uma manifestação em torno da infraestrutura e dos rumos da ciência nacional.

Por fim, o que a etnografia e o referencial mobilizado levam a inferir é que a institucionalização da Ciência Aberta no Brasil, em curso desde 2018, vai muito além da mera incorporação de diretrizes normativas voltadas à produção, gestão e circulação do conhecimento científico. Ela se aproxima, antes, do conceito de “política da esperança” (Appadurai, 2013), entendido como a capacidade de projetar, a partir de recursos locais, um horizonte de futuro que tensiona as diretrizes e os marcos normativos globais. Se a Aliança Global para o Acesso Aberto Diamante expõe os limites de uma universalização que reproduz as assimetrias geopolíticas, a análise das infraestruturas públicas nacionais aponta que a alternativa se constrói na forma como essas diretrizes são aplicadas. No caso

¹⁷ A respeito dos debates sobre modelos de financiamento e sustentabilidade das infraestruturas de Acesso Aberto no Brasil, ver as discussões sistematizadas por Bianca Amaro et al. (2025), que apontam reiteradamente para a necessidade de salvaguardar o ecossistema público de comunicação científica frente aos impactos da mercantilização editorial e da descontinuidade orçamentária.

do Brasil, a soberania surge como valor para orientar a defesa do bem público e tensionar para que o sistema se mantenha como um patrimônio coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira de Pós-Graduação** (RBPG), Brasília, v. 7, n. 13, p. 127-145, 2010.

AMARO, Bianca; CAMPOS, Phillipe de Freitas; SENA, Priscila Machado Borges. O Ibict na vanguarda do acesso aberto e da Ciência Aberta no Brasil: repercussão histórica de projetos de pesquisa, proposições legislativas e manifestos. *In*: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da et al. (Org.). **Ciência aberta no Brasil: conquistas e desafios**. São Paulo: SciELO, 2025. p. 43-70. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/292167>.

APPADURAI, Arjun. The future as a cultural fact. *In*: APPADURAI, Arjun. **The future as a cultural fact: essays on the global condition**. Londres: Verso, 2013. p. 285-300.
BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Planos de Ação Nacional**. Brasília: CGU, [s/d]. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao>.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto: Compromisso 3**. Brasília: CGU, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-3/Praticas-colaborativas-ciencia-tecnologia-monitoramento-e-execucao>.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação: sobre as economias da grandeza** [1991]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). Budapeste, Hungria, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 5-20, out. 2012. Tradução de João Maia. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=html&lang=pt>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Portaria nº 120, de 26 de abril de 2024**. Dispõe sobre as regras de pagamento de Taxas de Processamento de Artigo (Article Processing Charges – APC) para publicações em acesso aberto no âmbito do Programa de Apoio à Disseminação de Informação Científica e Tecnológica (Padict). Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/PORTARIA%20CAPES%20N%C2%BA%20120,%20DE%2026%20DE%20ABRIL%20DE%202024.pdf>

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Quem somos.** Brasília: CAPES, [s/d]. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>.

FREEMAN, R. Edward; REED, David L. Stockholders and Stakeholders: A new perspective on Corporate Governance. **California Management Review**, v. 25, n. 3, p. 88–106, 1983. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238325277_Stockholders_and_Stakeholders_A_New_Perspective_on_Corporate_Governance.

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 2, p. 76–112, jul. 2014. Disponível em: https://www.vibrant.org.br/downloads/v11n2_lowenkron_ferreira.pdf.

FLECK, Ludwig. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico** [1935]. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

GLOBAL SUMMIT ON DIAMOND OPEN ACCESS. **Conclusions and way forward.** Toluca, México, out. 2023. Disponível em: <https://globaldiamantboa.org/wp-content/uploads/2023/10/202310-Global-Summit-Conclusions-Way-Forward.pdf>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos [1979]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KHUN, Thomas S. Posfácio - 1969. *In*: **A Estrutura das Revoluções Científicas** [1969]. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MIGLIORANZA, Cristiane I. V. **Ciência Aberta em debate**: uma leitura antropológica a partir de periódicos científicos de Humanidades na Coleção SciELO Brasil. 2022. 106 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/252486>.

PACKER, Abel L. A Ciência Aberta é uma construção coletiva. *In*: SILVA, Fabiano Couto Corrêa; STUEBER, Ketlen; CARVALHO-SEGUNDO, Washington L. R. de. **Ciência Aberta no Brasil**: conquistas e desafios. Porto Alegre: Editora Letra1; São Paulo: SciELO, 2025. pp. 15-28. Disponível em: <https://zenodo.org/records/15211073>.

REIS-SANTOS, Barbara; BRAGA, Cynthia. Ciência Aberta, equidade e o cenário brasileiro. **RESS**: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Brasília, v. 31, n. 2, p. 1-3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/nKSnjvbzsMMbs4PSDQ9Zj7H/?lang=pt>.

ROBBINS, Joel. Between reproduction and freedom: morality, value, and radical cultural change. **Ethnos**: Journal of Anthropology, Estocolmo, v. 72, n. 3, p. 293-314, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141840701576919>.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa; STUEBER, Ketlen; CARVALHO-SEGUNDO, Washington L. R. de. **Ciência Aberta no Brasil: conquistas e desafios**. Porto Alegre: Editora Letra1; São Paulo: SciELO, 2025. pp. 29-42. Disponível em: <https://zenodo.org/records/15211073>.

STRATHERN, Marilyn (org.). **Audit Cultures: Anthropological studies in accountability, ethics and the academy**. London/New York: Routledge, 2000.

UNESCO. **Recommendation on Open Science**. Paris: UNESCO, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-open-science>. Acesso em maio de 2023.

UNESCO. **Recomendação sobre Ciência Aberta**. Paris/Brasília: Unesco Office Brasília, 2022. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Miglioranza, Cristiane: conceitualização (ideias e formulação de objetivos e metas gerais de pesquisa); metodologia (desenvolvimento da pesquisa etnográfica multissituada e concepção metodológica); validação (verificação da reprodutibilidade e consistência dos resultados e dados analíticos); análise formal (aplicação de técnicas de análise textual, documental e semântica); investigação (condução do processo de pesquisa etnográfica, levantamento documental e coleta de evidências); redação - rascunho original (preparação e redação da versão inicial da obra); escrita - revisão e edição (revisão crítica, comentários e refinamento pós-produção); visualização (preparação e apresentação de dados e do corpus empírico).

DECLARAÇÃO SOBRE ÉTICA NA PESQUISA: Esta investigação pauta-se rigorosamente pelos princípios e diretrizes éticas estabelecidos pelo Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), comprometendo-se com a defesa intransigente dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais. O desenvolvimento do trabalho obedece aos seguintes compromissos fundamentais:

Consentimento e Transparência: Os sujeitos e grupos participantes são informados de forma clara e acessível sobre os objetivos, métodos, finalidades e eventuais riscos da pesquisa, assegurando o direito ao consentimento livre, prévio e informado, bem como a liberdade de recusa ou desistência a qualquer momento.

Respeito à Intimidade e Salvaguarda: Garantem-se a preservação da intimidade, o respeito aos códigos culturais e a proteção rigorosa da identidade e da confidencialidade de indivíduos e grupos, com atenção especial a coletivos histórica e socialmente vulnerabilizados.

Integridade nos Dados e Devolutiva: Asseguram-se a proteção e a inviolabilidade dos materiais e dados primários de pesquisa, o reconhecimento da autoria e coautoria sobre expressões culturais, e o compromisso de facultar aos participantes o acesso aos produtos finais e parciais da investigação.

Rigor Científico e Vínculos Institucionais: As atividades são conduzidas com rigor metodológico, objetividade técnica e transparência quanto aos vínculos acadêmicos e institucionais da pesquisa.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Em consonância com a Política de Integridade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), descrita na Portaria nº 2.664/2026, declaro que as ferramentas de inteligência artificial generativa (IA) Google Gemini e Google Pinpoint, a ela integrada, foram utilizadas estritamente como instrumento de apoio operacional, abrangendo a revisão linguística e textual, a tradução automática de trechos em inglês e a transcrição de entrevistas de produção autoral própria. As referidas ferramentas não foram utilizadas para a geração de dados originais, resultados, hipóteses ou interpretações científicas, tampouco em substituição à autoria humana em qualquer etapa da pesquisa. Todo o conteúdo foi submetido à supervisão humana integral, revisão crítica e validação, sendo de responsabilidade exclusiva e intransferível da autora a integridade, a originalidade e a precisão do trabalho apresentado.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Integra os grupos LAPSO – Antropologia da Moral e da Política, Ciências na Vida e GAEP – Antropologia da Economia e da Política. Pesquisa sobre Ciência Aberta na confluência entre as antropologias da democracia, do futuro e da ciência.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.